

ATA N.º 21

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu na sede da Junta de Freguesia de Porto Salvo, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia, estando a mesa constituída por:

Presidente da Assembleia: Susana Gomes

Primeiro Secretário: Graça Costa

Segundo Secretário: Cristina Gonçalves

Lista de Presenças:

Partido Socialista

Artur Nunes

Fernando Vales

Pedro Costa

Carlos Morais

Inovar Oeiras de Volta (doravante IN-OV)

Maria João Adão

Diogo Filipe Lopes

Carlos Cardoso

Claudina Correia

Independentes Oeiras Mais à Frente (doravante IOMAF)

André Rica

PSD/CDS-PP/PPM

Alexandre Poço

O Executivo.

Realizou-se a tomada de posse do membro da Assembleia pelo Movimento Inovar Oeiras de Volta Claudina Fernanda Ramos Correia, que (justificadamente) esteve ausente no ato de instalação da Junta de Freguesia. Documento justificativo entregue à Sra. Presidente da Mesa da Assembleia.

Entretanto, foi admitido na mesa a justificação de falta do Primeiro Secretário Maria Alice Miranda Parada, tendo sido substituída pela Graça Costa.

A Sra. Presidente da Assembleia questionou a plateia sobre a pretensão para o uso da palavra. Tendo sido manifestado o interesse por um elemento, deu-se início ao período de intervenção do público nos termos regimentais.

Tomou a palavra o Sr. Luis Carreira

Felicitou o Presidente, executivo e membros da Assembleia de Freguesia pelo início do novo mandato e, desejou votos de felicidades e muito sucesso. Apelou à união de todos para que o mandato seja exemplar.

Apelou para que não sejam esquecidos os quatro sem abrigo da freguesia, dois dos casos já parcialmente resolvidos e acompanhados pela segurança social. “Custa ver pessoas sem abrigo na freguesia” referiu.

Alertou para o trânsito “a circulação de pesados dentro da freguesia, para além do ruído provoca muito transtorno”. A colocação de lombas antes ou após a passagem de peões poderia prevenir excesso de velocidade.

Resposta do Sr. Presidente

O Sr. Presidente começou por agradecer a presença de todos, realçou a importância já referida da união, pois “se todos dermos o melhor tudo será melhor”. Deu algumas explicações, a saber:

Em relação aos quatro sem abrigo, dois estão referenciados e acompanhados pela Junta que colaborou para a obtenção do rendimento mínimo de inserção. O “Paulo” recusou a oferta de uma casa.

O Presidente desconhece a situação do que vive nos barracões do Atlético, tendo informado que vai analisar a situação.

No cruzamento da Rua das Portelas foi solicitada a alteração para sentido único. Este pedido foi feito há um ano, mas não foi realizado e está de novo na Câmara Municipal Oeiras.

Na Rua das Portelas a obra estará concluída até amanhã (21 de dezembro). Foram ainda, solicitadas a inclusão de quatro lombas.

A Rua 7 de junho foi alcatroada.

Não havendo mais nada a apresentar no período que antecede a ordem dos trabalhos, a Sra. Presidente da Assembleia deu início à ordem de trabalhos:

Ponto 1: Apreciação e votação das Opções de Plano e Orçamento para o Ano de 2018.

Tomou a palavra o Sr. André Rica

Apresentou desculpas por estar de costas para o público. Pediu para que na próxima Assembleia seja tida em consideração a disposição da sala da Assembleia e que permita que todos estejam visíveis para o público.

Felicitou o executivo pela apresentação detalhada do orçamento o que permite uma melhor análise. A integração da Assistente Social com contrato, é uma situação que lhe parece muito justa. Deixaram de constar as rubricas mais ou menos “nebulosas” de verbas que não estavam discriminadas. Há cativações. “Durante a execução de contas veremos o que acontece”.

Questionou:

Se não há um plano plurianual de Investimentos.

100€ para o apoio domiciliário, o que significa, pois, a Junta não presta esse serviço.

Todas as Forças políticas manifestaram a dignidade e relevância da Festa do Cavalo, 500€ parece ser verba manifestamente insuficiente.

O que significa “Programa Participa” com a previsão de 900€.

Realçar o aumento significativo na área social, cultural e desportiva.

Não está previsto apoio para o pequeno comércio.

Tomou a Palavra o Sr. Alexandre Poço

Iniciou a sua apresentação informando que é a sua estreia na Assembleia deste órgão autárquico, representando o PSD. É o primeiro encontro com todos para trabalhar. Desejou sucesso para todos e lembrou que “devemos trabalhar juntos para quem nos elegeu”.

Em relação ao orçamento com despesas fixas não permite grandes “golpes de asa”.

No âmbito da delegação de competências, questionou se está previsto pedido de alterações. Todos apresentamos propostas porque conhecemos Porto Salvo, e as suas especificidades. Nos eixos prioritários de atuação deveríamos reclamar mais delegação de competências, nomeadamente para a gestão do espaço público, ao contrário do que está actualmente. Também no plano plurianual de investimentos deverão ser incluídos mais projetos.

Resposta do Sr. Presidente:

Agradeceu ao Sr. André Rica a sua intervenção. A apresentação do orçamento detalhado tem como objetivo melhorar e facilitar a informação.

Entretanto, passou a palavra ao Tesoureiro Sr. Alberto Avelino:

Iniciou a sua intervenção apresentando uma breve resenha sobre as rubricas do orçamento, especialmente para os novos membros da Assembleia.

As receitas proveem via Câmara Municipal, através da transferência de competências ou do Orçamento do Estado.

Os infantários são geridos pela Santa Casa da Misericórdia. A Junta paga aos funcionários de acordo com a tabela pública. A Santa Casa suporta dois terços e um terço é suportado pela Câmara. O seguro de acidentes de trabalho é suportado pela Junta.

O IMI, apenas parte da receita é entregue à Junta. Em 2016 o valor foi de aproximadamente 39.000€. Até início de dezembro foi realizado 23.000€ e a previsão para o final do ano é de 30.000€.

As receitas próprias referem-se essencialmente às licenças de canídeos.

Administração Autárquica: custos com senhas e despesas de representação, todas as despesas com pessoal do infantário (Materno infantil) e Ação Social (assistente social e festas).

Quanto à delegação de competências ou está aprovada ou submete-se à aprovação.

O plano plurianual de investimentos é difícil estar aprovado. 90% do orçamento é gasto com o pessoal. A margem é muito curta. E não são 10%, porque inclui:

Técnica de ação Social (até agora a recibos verdes) Contrato a termo certo a realizar pois é imprescindível. Técnica com muito conhecimento e muito útil à população.

Consultas psicologia – em 2016 foram realizadas 125 consultas, suportadas a 100% pela Junta de Freguesia. Em 2017, até ao final de novembro registamos 300 consultas. A proposta de cobrança de é um valor simbólico.

Apoio Jurídico - O valor cobrado pelo apoio jurídico está finalmente incluído na tabela. Não tendo qualquer alteração.

Apoio Domiciliário – A Junta de Freguesia não presta apoio domiciliário, mas deverá estar incluído.

Festa do Cavalo – O valor proposto trata-se do apoio direto. No entanto, existem outro tipo de apoios indiretos, tais como, aquisição de materiais, limpeza, etc.

Programa “Participe” – Nesta rubrica estão incluídos diversos apoios, como por exemplo um quadro para a escola e uma coluna de som.

Tomou a palavra o Sr. Luis Moisés

Reforçou o que foi exposto pelo Presidente.

A Câmara Municipal de Oeiras aprovou orçamento superior a 150 milhões euros para 2018. Um aumento de 23 milhões euros comparativamente ao orçamento de 2017. A Junta de Freguesia tem pouco mais de 700 mil euros, quando outras freguesias têm no mínimo 1 milhão de euros.

Todos os que aqui estão, estão a fazer voluntariado. 90% do orçamento está “cativo”. Os critérios que utilizamos para permanecer autónomos vs o seu orçamento não reflete o peso que Porto Salvo tem considerando todas as empresas sediadas na freguesia.

O sentimento é de frustração. Só através da delegação de competências poderemos alcançar mais.

Quadro do Pessoal – Criação do mapa de pessoal que deve refletir a realidade.

Tomou a palavra o Sr. Presidente

O Sr. André Rica colocou a questão da organização da sala com toda a pertinência. Será tida em conta e corrigida na próxima assembleia.

Festa do Cavalo – O apoio não se trata apenas de 500€. A Junta de Freguesia apoia com transportes e limpeza do espaço. Foi ainda enviada officio à Câmara Municipal para apoio nos projetos de elevada relevância para a freguesia, tais como a Festa do Cavalo ou as Festas da Freguesia.

Mercado de Porto Salvo – A Junta de freguesia não pode intervir pois a competência é da Câmara Municipal. Entretanto, a Junta propôs à Câmara atividades para dinamização do Mercado.

Comércio Local – É difícil reanimar o comércio local apesar de termos na Freguesia bons estabelecimentos. Foram realizados três estudos de mercado para avaliação da implementação de supermercados. Os resultados apresentados demonstraram a inviabilização dos mesmos. O Pingo Doce desistiu. Um dos fatores é o custo dos terrenos.

No entanto, o Presidente informou que se trata de um assunto privado não competindo à junta de Freguesia a abertura de um supermercado.

Delegação de Competências – Esta questão preocupa muito a Junta de Freguesia. Foi feita no passado proposta à Câmara Municipal, a solicitar a limpeza total incluindo espaços verdes. O Presidente Sr. Dr. Isaltino Morais pediu nova proposta para a delegação de competências. A reunião será em janeiro.

Ainda no âmbito da delegação, incluímos a intervenção nas escolas – limpeza e pequenos arranjos dos espaços exteriores, dentro da área de cada uma das três escolas da freguesia.

Espaço Público e falta de passeios – há 2 anos e meio foi apresentado um projeto à Câmara para os quais se aguarda a aprovação:

- Passeio junto ao ginásio (Fitness Hut), na rotunda Sérgio Vieira de Melo
- Passeio em Vila Fria, na Av. 25 de Abril
- Passeio na Rua das Portelas

Acredita que a delegação de competências por parte da Câmara para a Junta e, o respetivo valor, serão alargados.

Consulta de psicologia – A Junta suportou até ao momento 100% do custo. O feedback da população é muito positivo. A aplicação de uma taxa justifica-se pelo facto de:

1º - o número de consultas ter triplicado (de um dia de consultas, passou a três).

2º - existem pessoas a ser seguidas com rendimentos superiores ao vencimento mínimo.

Apoio Jurídico – A inclusão da taxa na Tabela trata-se apenas de uma regularização.

IMI – o rendimento com o IMI pode ser inferior ao estimado devido à redução do valor transferido pela Câmara, dado que esta reduziu o IMI no Concelho.

Tomou a palavra o Sr. Carlos Cardoso do IN-OV

O IN-OV está satisfeito com as respostas apresentadas pelo executivo até ao momento.

Desconhecia a situação da Assistente Social. O contrato a termo certo, implica que pode não ser a mesma técnica a prestar o serviço.

Espaço público – É fundamental o passeio de Vila Fria, assim como a passagem de peões na rotunda das Oliveiras. As instalações de passagens superiores podem resolver a situação.

Outra situação crítica é o cruzamento do Torrãozinho. A má sinalização provoca muitos acidentes. A situação devia ser revista tendo em conta o que está a jusante e não a montante.

Ribeira de Porto Salvo – O longo período de seca e a previsão de chuva para os próximos meses é preocupante. Deverão ser propostas à Câmara as obras de reparação.

Tomou a palavra o Sr. Presidente

Espaço público - A passagem superior para peões já foi proposta à Câmara, pelo que devemos aguardar.

A sinalização no cruzamento do Torrãozinho cumpre com a legislação. Os acidentes são provocados por incumprimento dos condutores ao código da estrada – má condução.

Ribeira de Porto Salvo – Processo apresentado à Câmara para colocação de muros e jardinagem (relva) desde o colégio da Fonte até à Polícia.

Tomou a palavra o Sr. Alexandre Poço

Todos os pedidos apresentados à Câmara pela Junta de Freguesia devem ser disponibilizados à Assembleia de Freguesia.

A Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto das Opções de Plano e Orçamento para o Ano de 2018:

Contra: 0

Abstenção: 6 (5 IN-OV+1 PSD)

Favor: 7 (6 PS+1 IOMAF)

Resultado: Aprovado

Ponto 2: Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento e Tabela Geral das Taxas e Licenças

Tomou a palavra o Sr. Luis Moisés

Este regulamento faz sentido pois há longos anos que não é atualizado. As alterações propostas estão dentro do enquadramento de outras Juntas de Freguesia. A única “novidade” é a inclusão do valor para a consulta de psicologia.

O executivo está aberto a propostas que a Assembleia de Freguesia pretenda apresentar.

Tomou a palavra o Sr. Carlos Cardoso do IN-OV

A taxa de urgências devia estar expressa na tabela para cada uma das taxas.

Proposta de alteração:

Atestado de situação económica deve ser gratuito

Licença para Canídeos e Gatídeos: deve ser incluída a Licença para Cães de Terapia / Guia e devem estar isentos. A Licença para Cães de companhia deve ser de 10€.

O Sr. Carlos Cardoso apresentou a proposta à mesa.

Tomou a palavra o Sr. Alexandre Poço do PSD

Concorda com a tabela e com o princípio de quem tem mais deve pagar mais.

Acompanha a proposta do IN-OV sobre a proposta de alteração às licenças.

Consultas de psicologia – Devia ser revisto o valor tendo por base não só o valor do salário mínimo, pois pode ser redutor.

Tomou a palavra o Sr. André Rica do IOMAF

O IOMAF tem proposta desde há 4 anos para ajuste de repartição dos encargos (taxas e licenças). No entanto os valores apresentados no Anexo I não acompanham o que se teria “ganho” caso tivesse havido aumento ao longo dos últimos 6 anos.

As licenças para canídeos e gatídeos, é importante para que haja um registo e controlo do número de animais. Este aumento proposto é muito acentuado e está muito acima do que seria com a aplicação da taxa de inflação dos últimos anos.

Consultas de psicologia – Os escalões deveriam ser calculados per capita do agregado familiar por forma a garantir a equidade e ser mais justo.

Foi entregue uma proposta à mesa para análise.

Tomou a palavra o Sr. Luis Moisés

Há um despacho que regula a identificação dos canídeos e gatídeos – é obrigatório – método eletrónico.

Tomou a palavra o Sr. Presidente

Consultas de psicologia – A proposta apresentada teve em conta a “tipologia” da população e em particular as pessoas que recorrem à consulta. Os pacientes residentes com rendimentos – verificado através do IRS devem pagar.

Tomou a palavra o Sr. Pedro Costa do Partido Socialista

Esclareceu que quando existe uma taxa, quem utiliza paga ou está isento.

Existem 3 propostas para avaliar: uma do Executivo, uma do IN-OV e uma do IOMAF.

A Presidente da Assembleia solicita esclarecimento ao Presidente da Junta.

O Sr. Presidente tomou a palavra

Dada a urgência na aprovação da nova tabela para entrada em vigor no início do ano de 2018, propõe a inclusão e alterações propostas pelo IN-OV na proposta do Executivo.

ANEXO II, Incluir: Licença para Cães de Terapia/Guia: isentos.

Alterar: Licença para Cães de Companhia:10€.

ANEXO III, Residentes em rendimento superior a duas vezes o salário mínimo nacional: 7€

A proposta a levar a votação é a proposta apresentada pelo Executivo com as alterações propostas pelo IN-OV.

O Sr. André Rica mantém a proposta apresentada à Mesa.

A Sra. Presidente da Assembleia colocou a votação as duas propostas:

Resultados da proposta do Sr. André Rica (IMOAF)

Contra: 6 (PS)

Abstenção: 5 (IN-OV)

Favor: 2 (1 IMOAF+1 PSD)

Resultado: Não aprovado

Resultados da proposta do Executivo com as alterações propostas pelo IN-OV

Contra: 2 (1 PSD+1 IOMAF)

Favor: 11 (6 PS+5 IN-OV)

Resultado: Aprovado por maioria

Sobre a declaração de voto o Sr. Pedro Costa do Partido Socialista, tomou a palavra

A proposta do Sr. André Rica deve ser tida em conta numa próxima revisão. Voto contra não pelo conteúdo, mas sim pela oportunidade e exequibilidade da mesma.

Tomou a palavra o Sr. André Rica

O voto não é feito por teimosia. Não voto pela pressa na aprovação.

Tomou a palavra o Sr. Alexandre Poço

Todos as propostas do IN-OV faziam sentido, mas não ao ser incluídas na proposta do Executivo. Por esse facto votou contra.

Ponto 3: Apreciação da informação escrita do Presidente relativamente às atividades da Junta de outubro e novembro de 2017

Tomou a palavra o Sr. Alexandre Poço

Qual a razão para a redução significativa do número de refeições de setembro (1.346) para outubro (812).

Como funciona a Re-Food.

Tomou a palavra o Sr. André Rica

Destaco a quantidade de trabalho realizado.

É importante incluir o número de casos apresentados e o número de casos respondidos.

Cantina Social – Quais os programas sociais de apoio, que programas estão previstos. A partir de 1 de janeiro deixa de haver o financiamento das IPSS – existe o risco de fechar. Deixo alerta ao Executivo.

Tomou a palavra o Sr. Presidente

Cantina Social – Confirma a possibilidade de o apoio deixar de existir.

A distribuição de 5 a 7 refeições por dia pode ser efetuado noutra local, de forma a evitar que deixe de haver essa despesa.

Recolha de alimentos (FEAC) – Implica várias viagens a cargo da Junta. A junta providenciou atempadamente espaços e arcas para armazenamento dos alimentos. Ao contrário de muitas freguesias, Porto Salvo tinha tudo preparado, independentemente do resultado eleitoral. A distribuição será feita esta semana.

Ponto 4: Apreciação da informação financeira da Freguesia até 30 de novembro de 2017

Tomou a palavra o Sr. Alexandre Poço

Despesas de Capital - Qual a razão para a grande diferença entre o valor orçamentado e o realizado (13,53%)?

Tomou a palavra o Sr. André Rica

Fazem falta os gráficos/quadros que o Sr. Tesoureiro costumava apresentar como complemento e melhor esclarecimento.

Apelo ao Sr. Presidente e ao Tesoureiro para que voltem ao formato anterior.

Tomou a palavra o Tesoureiro

O modelo atual vai terminar. A partir de janeiro haverá um novo modelo.

As verbas correspondentes à delegação de competências (transferências da Câmara) atrasaram. O que estava revisto para setembro foi realizado em novembro.

Em ano de eleições realizam-se obras de maior dimensão, deixando de fazer sentido as obras mais pequenas.

O ponto de maior disparidade prende-se com as verbas correspondentes à delegação de competências.

Tomou a palavra o Presidente

As despesas de capital são equipamentos, máquinas (reparações, compras).

Ponto 5: Eleição do representante da Assembleia de Freguesia para a Comissão Municipal de Saúde

Tomou a palavra o Sr. Presidente

A votação tem de ser realizada nesta sessão para ser entregue amanhã à Câmara que já solicitou os nomes.

O representante da Junta de Freguesia é o próprio Presidente.

O IN-OV apresentou uma proposta à Mesa da Assembleia, indicando o Sr. Carlos Cardoso como candidato para representante da Assembleia de Freguesia à Comissão Municipal de Saúde.

Procedeu-se à votação por voto secreto

Resultado da votação da candidatura:

Sim: 13

Não: 0

Foi aprovado por unanimidade a eleição do Sr. Carlos Cardoso, como representante da Assembleia de Freguesia na Comissão Municipal de Saúde.

A Sra. Presidente da Assembleia colocou a votação em minuta de parte da Ata n.º 21. Deliberação 2/2016, tendo sido aprovado por unanimidade.

Não tendo sido levantadas quaisquer questões, a Sra. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, às vinte e três horas e cinquenta minutos.

Porto Salvo, vinte de dezembro de dois mil e dezassete.

A Presidente,



O 1º Secretário,



O 2º Secretário,


